

Seguridade Social e Tributação

Ano XXIV | Nº 122 | Brasília | outubro de 2015



ELEIÇÕES NA ANFIP

VENCE A TRANSPARÊNCIA, ÉTICA E PARTICIPAÇÃO



**FUNPRES
CONTINUA NÃO
CONVENCENDO**

**TRANSGÊNICOS:
E O DIREITO DO
CONSUMIDOR?**

**RFB BUSCA O
PÓDIO NAS
OLIMPIADAS**

**A DOR DE
CABEÇA DO
AJUSTE FISCAL**

LEI ANTICORRUPTORES

A ANFIP apoia essa iniciativa



A Lei 12.846/2013 prevê punição, em outras esferas além da judicial, de empresas que corrompam agentes públicos, fraudem licitações e contratos ou dificultem atividade de investigação ou de fiscalização de órgãos públicos, entre outros ilícitos.

Uma Lei a favor do Brasil

Perspectivas para a Nação

Desde o pleito que resultou na reeleição da presidente da República, o Brasil convive com a divisão do eleitorado num acirramento crescente, inflamando o debate nas ruas e nas redes sociais.

Há um evidente abalo na base governista, o que pode complicar ainda mais o cenário, com os obstáculos decorrentes que resultarão em maiores dificuldades para a aprovação de medidas que o governo considera indispensáveis para concretizar o ajuste fiscal e minimizar os impactos das crises política e econômica.

É inevitável reconhecer que economia e política andam juntas em qualquer momento de tensão nacional, mas o Brasil tem se revelado com mais frequência. Talvez contribua, para tanto, a falta de um projeto político de médio e longo prazos, resultando na predominância de soluções ortodoxas ou heterodoxas imediatistas que se alternam ao sabor dos ventos determinados pelo grupo político açado ao poder.

Incompetências e inconsistências à parte, o fato é que não é de hoje que o jogo político se reduz, em grande parte, a essa ausência de um plano de reerguimento do Estado nacional, à torcida por parte dos grupos derrotados para que os grupos

ocupantes do poder fracassem, o que faz com que a chamada alternância no comando da nação se reduza à busca dos interesses desses grupos, e não do Brasil e de sua população.

A ANFIP, que acaba de eleger seu novo Conselho Executivo sob a bandeira da transparência, da ética e da participação, vê na democracia o sistema político que precisa ter como diretriz a busca da interlocução, do contraditório e da negociação constante como única forma de se obter resultados que efetivamente resultem no fim dos impasses.

O objetivo é buscar soluções eficazes destinadas a equacionar os graves problemas sócio-econômicos que afligem a Nação em setores fundamentais que envolvem a justiça social e tributária, a previdência social, a saúde, a educação, a segurança e

todos os demais direitos básicos do cidadão.

Independentemente de qualquer grupo, partido ou facção, a Anfip sempre atuou, atua e seguirá defendendo projetos que, alicerçados no bom senso, valorizem os Auditores-Fiscais e minimizem as mazelas que atormentam a sociedade brasileira.

*O Brasil
precisa de um
projeto político*

DIRETORA RESPONSÁVEL:

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade

FOTOS:

Agência Brasil, Arquivo ANFIP, Fotos Públicas e Shutterstock

REDAÇÃO, COORDENAÇÃO E EDIÇÃO:

Texto e Vídeo Produções
(www.textoevideo.com.br)

EDITORIAÇÃO ELETRÔNICA E CAPA:

Gilmar E. Vitalino
Allan E. Vitalino

EDITOR:

Gerson Menezes

REPORTAGEM:

Gerson Menezes, Walquíria de Castro Silva, Dâmares Vaz, Ludmila Machado e Priscilla Araujo

CONSELHO EDITORIAL:

Carmelina Calabrese
Décio Bruno Lopes
Florianio Martins de Sá Neto
Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Miguel Arcanjo Simas Nôvo
Wilson Antonio Romero

CONSELHO EXECUTIVO

Wilson Antonio Romero
Presidente

Carmelina Calabrese
Vice-Presidente Executivo

Miguel Arcanjo Simas Nôvo
Vice-Presidente de Assuntos Fiscais

Florianio Martins de Sá Neto
Vice-Presidente de Política de Classe

Antônio Silvano Alencar de Almeida
Vice-Presidente de Política Salarial

Décio Bruno Lopes
Vice-Presidente de Assuntos da Seguridade Social

Misma Rosa Suhett
Vice-Presidente de Aposentadorias e Pensões

Creusa Dantas Gama
Vice-Presidente de Cultura Profissional

Dulce Wilenbring de Lima
Vice-Presidente de Serviços Assistenciais

Renato Albano Junior
Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

Manoel Eliseu de Almeida
Vice-Presidente de Estudos e Assuntos Tributários

Carlos José de Castro
Vice-Presidente de Administração,
Patrimônio e Cadastro

Carlos Alberto de Souza
Vice-Presidente de Planejamento e
Controle Orçamentário

João Alves Moreira
Vice-Presidente de Finanças

Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade
Vice-Presidente de Comunicação Social

Maruchia Mialik
Vice-Presidente de Relações Públicas

João Laércio Gagliardi Fernandes
Vice-Presidente de Assuntos Parlamentares

Paulo Correia de Melo
Vice-Presidente de Tecnologia da Informação

CONSELHO FISCAL

Maria Geralda Vitor
Albenize Gatto Cerqueira
Marcia Irene Cancio de Mello Werneck

CONSELHO DE REPRESENTANTES

AC - Heliomar Lunz
AL - Dinah Vieira Marinho
AM - Severino Cavalcante de Souza
AP - Emir Cavalcanti Furtado
BA - Luiz Antonio Gitirana
DF - Léa Pereira de Mattos
CE - Tereza Liduina Santiago Félix
ES - José Geraldo de Oliveira Ferraz
GO - Crésio Pereira de Freitas
MA - Maria de Fátima Moraes dos Santos
MS - Isabel Nascimento Elias Pereira
MG - Afonso Ligório de Faria
PA - Ennio Magalhães Soares da Câmara
PB - Dijanete de Souza Lima
PE - Luiz Mendes Bezerra
PI - Osmar Escorcio de Carvalho
PR - André Luiz Spagnuolo Andrade
RJ - Maria Ana da Silva
RN - Jonilson Carvalho de Oliveira
RO - Raquel Patrício da Silva
RR - André Luiz Spagnuolo Andrade
RS - Tânia Maria Faria Garcia
SC - Florianio José Martins
SE - Jorge Lourenço Barros
SP - Walter Moraes Gallo
TO - José Carlos Rego Moraes

Ao leitor

Transparência, Ética e Participação. Este foi o resultado da eleição na ANFIP, a primeira, em 65 anos da entidade, realizada de forma direta e com a participação de duas chapas. A vencedora contou com representantes de 18 estados e com o apoio de 16 ex-presidentes da ANFIP. Os novos conselheiros conduzirão as ações da Entidade até julho de 2017. O trabalho será intenso, afirma o novo presidente Wilson Antonio Romero, que tomou posse, juntamente com os outros integrantes do Conselho Executivo e também com os eleitos ao Conselho Fiscal, no dia 30 de julho, em Brasília.

Temos nesta edição o retorno de um assunto que não sai de pauta: o Fator Previdenciário. As negociações entre governo e parlamentares mostraram que o tema é pano de fundo para disputas partidárias, o que leva a constantes mudanças nas regras para concessão de benefícios e gera insegurança nos filiados do sistema.

Aliás, em matéria de previdência, nem os trabalhadores da iniciativa privada nem os do setor público tem sossego. Com baixa adesão e carregado da desconfiança de categorias profissionais influentes, como a dos professores universitários, a Funpresp completa dois anos de operação com futuro incerto. Paralelamente a todas as polêmicas e insatisfações, o Senado já autorizou a criação da CPI dos Fundos de Pensão de estatais para investigar supostas irregularidades e prejuízos na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, ocorridas a partir de 2003.

As dificuldades em relação ao ajuste fiscal, o planejamento da RFB para fazer frente às demandas dos eventos-teste dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro e o polêmico projeto que elimina a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados (OGM), como óleo de soja, fubá e outros produtos derivados, completam a edição.

Boa leitura.

Esta edição: 10.000 exemplares
Distribuição: gratuita

A assinatura da revista Seguridade Social e Tributação é gratuita. Envie seus dados (nome e endereço completos) para o email cadastro@anfip.org.br

Permitida a reprodução total ou parcial dos textos, desde que citada a fonte. As matérias e artigos publicados não refletem, necessariamente, a opinião do Conselho Executivo da ANFIP.



Cartas

CONGRATULAÇÕES

Nobre Amigo Romero:

Fico feliz ao saber que terá posse em tão relevante cargo de representação classista; aliás, nada mais do que merecido. No meu entender, os grandes ganhadores, com tua posse e gestão, serão os associados, que terão um líder nato, dedicado, diligente e lutador pelos interesses da classe. Sempre torci e continuo torcendo por ti, sempre estando a tua disposição quando precisares. Grande abraço e feliz gestão.

Nicio Lacorte, presidente Sindicato dos Delegados de Polícia Federal do RS.

Estou satisfeito, pois votei na chapa vencedora. aguardo, com expectativa, nova postura nas comunicações transmitidas aos associados, sobretudo no Linha Direta, as quais vêm enaltecendo, demasiadamente, nomes e respectivas funções daqueles que participam de trabalhos de interesse da classe. É, por obrigação daqueles que foram eleitos, defender os interesses dos associados.

Gilberto Falcão

Vilson

Congratulações por esta conquista, que sua gestão seja pautada de êxitos.

Parabéns e sucesso.

Abraços

Jackie Keim – Escritório de Eventos

Prezado Presidente Vilson Romero,

Acompanhei e participei de todo o processo eleitoral da nossa ANFIP.

Quero cumprimentá-lo e a todos os demais membros dos Conselhos Executivo, Fiscal e suplentes pela vitória no pleito. Aliás, ela é de todos nós! Quero exaltar o esforço dos colegas que os antecederam, que não pouparam esforços para que a ANFIP chegasse aos 65 anos, pujante, respeitada e vitoriosa. Abrace a todos eles por nós.

Apreciei muito as suas "principais proposta de trabalho", que contemplam os anseios de todos nós, especialmente, os aposentados. Belo discurso. Você está certo - sozinho nada se faz ! Confie - estamos ao seu lado para ver a ANFIP soberana, democrática, atuante e reconhecida pela sua ação em favor da categoria, dos trabalhadores em geral e do Brasil, enfim!

Um grande abraço,

Clemilce Carvalho – RJ

Conforme informado no ofício nº001 desta Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil. Peço ao Ilustre presidente transmitir aos novos empossados os meus cumprimentos, desejando êxito aos novos Conselheiros.

Agradeço e coloco o meu gabinete parlamentar à disposição.

Atenciosamente,

Senador Omar Aziz (PSD-AM)

ENVIE SUA CARTA

Envie sua carta, com nome e endereço completos, para o seguinte email: comunicacao-social@anfip.org.br

SUMÁRIO

07



Sob nova direção - A ANFIP realiza, pela primeira vez em 65 anos de trajetória, eleição direta com a participação de duas chapas. A Chapa 2 – Transparência, Ética e Participação, encabeçada pelo Auditor Fiscal Vilson Romero, foi a vencedora, contando com representantes de 18 estados e com o apoio de 16 ex-presidentes da ANFIP.

11



Fundo da discórdia – Com baixa adesão e carregado da desconfiança de categorias profissionais influentes, como a dos professores universitários, o Funpresp completa dois anos de operações com futuro incerto. As discussões são recorrentes, mas o fato é que o fundo de previdência do funcionalismo continua polêmico.

17



Ajuste desajustado - O cenário do ajuste fiscal não poderia ser pior. Inflação em marcha, desemprego, situação política conturbada, com a evolução das investigações da corrupção na Petrobrás, entre muitas incertezas. Mesmo a correção da tabela do Imposto de Renda não conseguirá aliviar a pressão sobre o bolso do cidadão, já que as perspectivas de retomada de crescimento são cada vez mais remotas.

21



Transgênicos ocultos – Tema polêmico cercado por questões sociais, econômicas e políticas, a questão da transgenia nos alimentos estava adormecida. Mas o assunto voltou à tona em abril deste ano, quando o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei que elimina a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos geneticamente modificados.

26



Trabalhador perde - As permanentes discussões em torno do fator previdenciário expuseram uma dura realidade para quem contribui com a previdência pública. As negociações entre o governo e parlamentares mostraram que o tema é pano de fundo para disputas partidárias, o que leva a constantes mudanças nas regras para concessão de benefícios e gera insegurança nos filiados do sistema.

29



Rio das Olimpíadas – O planejamento concebido para fazer frente às demandas dos eventos-teste dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro já está sendo executado. A avaliação é de que os Jogos de 2016 terão uma complexidade e grandiosidade maior do que o somatório de todos os grandes eventos ocorridos de 2007 a 2014, razão pela qual a RFB se empenha para que tudo dê certo e cofia no planejamento elaborado.

33



Ideias e Debates – A ética pressupõe a capacidade de decidir, de escolher e de julgar. Mas todas as pessoas com capacidade para decidir vivenciam dilemas éticos no dia a dia. Esta é a reflexão apresentada pelo filósofo, escritor, educador, palestrante e professor universitário Mario Sergio Cortella.

DEMOCRACIA

EM BENEFÍCIO DOS ASSOCIADOS



Pela primeira vez na história dos 65 anos da ANFIP foi realizada uma eleição direta com a participação de duas chapas. É um momento que reflete a consolidação da democracia associativa e confirma que a Entidade está no caminho correto da evolução representativa, reafirmando sua importância na defesa dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, na luta pela sobrevivência da Seguridade Social e na busca por justiça fiscal e social.

Contabilizados os votos, a Comissão Eleitoral Nacional constatou aumento de 38,1% no número de associados votantes em relação ao pleito anterior, o primeiro com voto direto dos associados, porém somente com uma chapa inscrita.

Com o resultado consolidado no dia 16 de julho, foi anunciada a vencedora: Chapa 2 – Transparência, Ética e Participação, contando com representantes de 18 estados e com o apoio de 16 ex-presidentes da ANFIP. Os novos conselheiros conduzirão as ações da Entidade até julho de 2017. E, até lá, o trabalho será intenso, afirma o novo presidente Wilson Antonio Romero, que tomou posse, juntamente com os outros integrantes do Conselho Executivo e também com os eleitos ao Conselho Fiscal, no dia 30 de julho, em Brasília.

Acompanhe o ponto a ponto, com base nas prioridades da ANFIP, os planos e projetos dos novos dirigentes da Entidade.

PLANOS E PROJETOS – GESTÃO 2015/2017

Valorização da carreira e da RFB

Entre as ações prioritárias do Conselho Executivo que assume, está a de atuar de forma constante pela recuperação do valor do subsídio dos Auditores-Fiscais, tanto participando das negociações com o Poder Executivo quanto atuando no Legislativo pela aprovação de matérias como a que trata da equivalência aos 90,25% do subsídio pago aos ministros do

Supremo Tribunal Federal (STF). Além disso, outro dos projetos é o mapeamento das condições de trabalho em todas as dez Regiões Fiscais, com apresentação de relatório à Administração da Receita, cobrando melhorias.

Além da recomposição do subsídio, integra a pauta salarial exigir que o governo atualize os valores de todos os benefícios devidos aos Auditores-Fiscais (Indenização de Transporte, Diárias, Vale-Alimentação, Auxílio-Creche e outros), assim como cobrar do Poder Executivo a regulamentação da Indenização de Fronteira, de forma mais incisiva e integrada com as outras carreiras beneficiadas nos Ministérios da Justiça, da Previdência, do Trabalho e da Agricultura.

No âmbito institucional, a Entidade irá reivindicar da RFB a participação de Auditores-Fiscais, representantes da ANFIP, na fixação das metas institucionais; cobrar treinamento adequado e atualização constante em todas as áreas, unindo trabalho de fiscalização de todos os impostos e contribuições; propor à RFB a produção conjunta de material auxiliar no trabalho de Auditoria Fiscal, semelhante ao Zebrinha, envolvendo o conjunto dos tributos administrados, e efetivar convênios visando à oferta de cursos de formação e especialização, também tendo como foco a licença-capacitação.

SERVIDORES APOSENTADOS

A defesa, de forma intransigente, da manutenção da paridade entre ativos e aposentados e o combate à cobrança da contribuição previdenciária sobre aposentadorias e pensões serão prioridades da nova gestão, tendo em vista que a maioria do quadro associativo é formado por estas pessoas. A PEC 555/2006 continuará sendo umas das principais pautas da nova gestão. O texto precisa ser aprovado no Congresso Nacional, primeiro na Câmara dos Deputados e depois no Senado Federal, para que se corrija essa injustiça praticada contra os servidores aposentados.

DEFESA DA SEGURIDADE SOCIAL E DA JUSTIÇA FISCAL

Para o biênio 2015/2017, o compromisso é dar continuidade à tradição de defesa do equilíbrio tributário e da justiça fiscal, com prioridade de ação na preservação da Seguridade Social, da Previdência Social e de todo o sistema de proteção social brasileiro.

Assim, a ANFIP segue firme no debate, de forma propositiva, das mudanças na carga tributária brasileira, discutindo e questionando a substituição da contribuição sobre a folha de salários, sem que haja prejuízos para a Previdência Social. Também continuará apoiando os mais de 30 milhões de aposentados do INSS, razão maior do início da sua existência como entidade representativa dos Fiscais de Contribuições Previdenciárias.

Outro aspecto do trabalho voltado à construção de uma sociedade mais justa é a contribuição da Entidade para o incremento das políticas de integração com as comunidades, incentivando a educação fiscal e a participação em observatórios sociais ou outros organismos que visem à transparência na gestão pública.

TRABALHO PARLAMENTAR

O trabalho parlamentar do novo Conselho terá como um dos principais focos buscar a aprovação das diversas PECs que redefinem os parâmetros remuneratórios dos Auditores-Fiscais, fixando o subsídio da carreira em 90,25% do que é pago a um ministro do Supremo Tribunal Federal.

A PEC 555/06 continua como prioridade. Além dela, faz parte da agenda dos novos dirigentes combater as propostas restritivas ao Direito de Greve do servidor público e acompanhar a tramitação no Poder Legislativo desses projetos.

A reestruturação da Administração Tributária a partir de sua organicidade também será pauta da atuação parlamentar do novo Conselho. Para tanto, a aprovação da PEC 186/07 se insere entre as matérias de interesse especial a serem defendidas no Congresso Nacional.

PLANO DE SAÚDE/AÇÕES JUDICIAIS

No campo jurídico, o Conselho Executivo promete atuar para agilizar a execução e pagamento das ações judiciais transitadas em julgado, com pagamento imediato das parcelas incontroversas das diversas ações em juízo (28,86%, GIFA, 3,17% GDAT). Em relação ao plano de saúde da ANFIP, a prioridade é revisar as condições atuais, cobrando qualidade no atendimento e contratando a renovação a custos compatíveis com o poder aquisitivo dos Auditores-Fiscais. Em relação aos demais serviços assistenciais, a meta é aperfeiçoar o Plano de Descontos e Convênios, visando a garantir efetivas vantagens ao quadro social na aquisição de produtos ou serviços.

GEAP

Dar seguimento à atuação de forma decisiva na defesa da Geap Autogestão em Saúde e GeapPrevidência, buscando preservar e fortalecer as instituições, com melhor plano de saúde e garantia de liquidez ao pecúlio, respectivamente, é um dos compromissos assumidos pela nova gestão.

AÇÕES EM CONJUNTO COM OUTRAS ENTIDADES/FÓRUMS/GRUPOS DE TRABALHO

A ANFIP entende que o trabalho conjunto com as entidades que também representam os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, assim como os demais servidores públicos, é essencial para reforçar a luta pela manutenção de direitos. Essa integração de objetivos, de forças e de lutas continuará sendo feita na gestão que se inicia. Assim, será mantida a atuação com o Fórum Nacional do Fisco, o Fonacate (carreiras típicas de Estado), Sindifisco Nacional, Unafisco, Mosap e Cobap. As reivindicações conjuntas dos Auditores-Fiscais, dos servidores públicos, dos aposentados e dos pensionistas, assim como os temas de relevante interesse da sociedade continuarão na pauta de atuação da Entidade, sempre na busca de justiça social.



**PRESIDENTE DA CCJC, ARTHUR LIRA (PP/AL)
RECEBE PLEITO PARA VOTAÇÃO DA PEC 102/15**



**AUTOR DA PEC 102/15, DEPUTADO GILBERTO NASCIMENTO
(PSC/SP) DEFENDE EQUIPARAÇÃO REMUNERATÓRIA**



CPI DO CARF DEBATE VALORIZAÇÃO DO AUDITOR FISCAL



**SECRETÁRIO DA RFB, JORGE RACHID, EM
REUNIÃO SOBRE VALORIZAÇÃO DA CARREIRA**

ELEITOS

CONSELHO EXECUTIVO

Presidente – Vilson Antonio Romero (RS); Vice-presidente Executivo – Carmelina Calabrese (SP); Assuntos Fiscais – Miguel Arcanjo Simas Nôvo (AM); Política de Classe – Floriano Martins de Sá Neto (DF); Política Salarial – Antônio Silvano Alencar de Almeida (PI); Assuntos da Seguridade Social – Décio Bruno Lopes (MG); Aposentadorias e Pensões – Misma Rosa Suhett (ES); Cultura Profissional – Creusa Dantas Gama (BA); Serviços Assistenciais – Dulce Wilennbring de Lima (RS); Assuntos Jurídicos – Renato Albano Júnior (SP); Estudos e Assuntos Tributários – Manoel Eliseu de Almeida (CE); Administração, Patrimônio e Cadastro – Carlos José de Castro (GO); Finanças – João Alves Moreira (AC); Planejamento e Controle Orçamentário – Carlos Alberto de Souza (SC); Comunicação

Social – Leila Souza de Barros Signorelli de Andrade (RJ); Relações Públicas – Maruchia Mialik (PR); Assuntos Parlamentares – João Laércio Gagliardi Fernandes (PB); Tecnologia da Informação – Paulo Correia de Melo (PE).

Suplentes: Região Sul – Dejanira Freitas Braga (PR); Região Sudeste – Assunta Di Dea Bergamasco (SP); Região Centro-Oeste – Rita de Cássia Felicetti de Oliveira (DF); Região Nordeste – Lindenbergue Fernando de Almeida (AL); Região Norte – Osinil Paula dos Santos (PA).

CONSELHO FISCAL

Maria Geralda Vitor (MG), Márcia Irene Cancio Mello Werneck (RJ) e Albenize Gatto Cerqueira (PA)

Suplentes: Lourival de Melo Lobo (PI) e Amauri Soares de Souza (RN)



CONJUNTURA POLÍTICO-ECONÔMICA É PAUTA DE REUNIÃO DO FONACATE



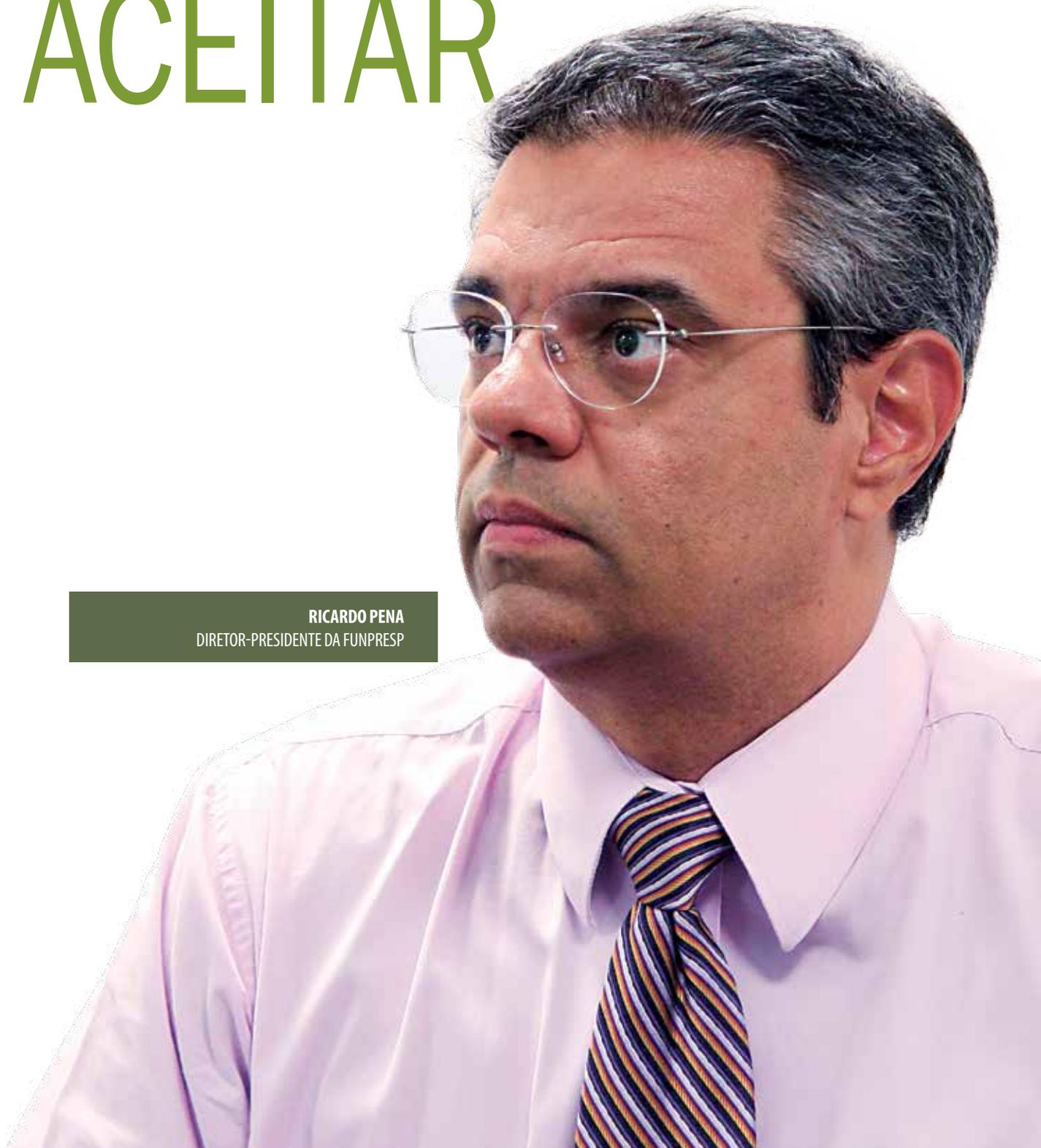
ATUAÇÃO CONJUNTA DEFINE ESTRATÉGIAS PARA VOTAÇÃO DA PEC 555/06



ANFIP CRITICA INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO NA NEGOCIAÇÃO SALARIAL DOS SERVIDORES

DIFÍCIL DE ACEITAR

RICARDO PENA
DIRETOR-PRESIDENTE DA FUNPRES



As constantes más notícias geradas por denúncias de má gestão e falência de fundos de pensão tradicionais jogaram luz sobre o mais novo plano de benefícios de caráter previdenciário do país: o da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp). Com baixa adesão e carregado da desconfiança de categorias profissionais influentes, como a dos professores universitários, o fundo completa dois anos de operações com futuro incerto.

A Funpresp iniciou suas atividades em fevereiro de 2013 como uma opção para complementar a aposentadoria do servidor, que perdeu o direito ao benefício integral com a edição da Lei 12.618/2012. No primeiro ano de funcionamento, o fundo atingiu a marca de 2,1 mil membros. Em dezembro de 2014, com um ano e dez meses de existência, somou 9,34 mil adesões. Hoje, segundo a direção da entidade, são pouco mais de 13 mil, o equivalente a 33% do público alvo, ou seja, os servidores de órgãos públicos federais.

O perfil do participante do fundo aponta para uma espécie de elite do serviço público com remuneração acima dos R\$ 14 mil. Neste patamar estão 64% do público, majoritariamente servidores da Controladoria e da Advocacia Geral da União, do Banco Central, da Comissão de Valores Mobiliários e dos ministérios da Fazenda e do Planejamento – sendo que 30% do total estão na faixa etária de 25 a 34 anos.

O patrimônio do fundo é de R\$ 153 milhões, com arrecadação mensal de R\$ 7 milhões. Em 2014, a rentabilidade da carteira média de investimentos, segundo cálculos da entidade, ficou em 11,41%. Até maio deste ano, o percentual chegou a 6,53%, com perspectiva de aumento no número de adesões até o final do ano. “A meta para 2015 é duplicar o número de participantes, registrando 20 mil adesões”, estima o diretor-presidente da Funpresp, Ricardo Pena.

Para atingir este objetivo, no entanto, a Funpresp precisará reforçar seus argumentos

para convencer os servidores de que o fundo é um bom negócio. Trata-se de um momento delicado no qual tradicionais fundos de pensão, como o Postalís (Correios), Petros (Petrobrás), Funcef (Caixa Econômica) e Previ (Banco do Brasil) estão na berlinda, e sindicatos de categorias profissionais, como a dos docentes de universidades federais, mobilizam seus filiados contra a adesão.

“Diga não ao Funpresp-Exe” é o título da cartilha lançada, em 2013, pelo Sindicato Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes-SN) com o objetivo de alertar sobre os riscos da opção pelo fundo. Os professores estão entre as categorias do serviço público federal com maior número de recém ingressos no serviço público desde a entrada em vigor do Funpresp-Exe, que administra os planos de previdência do pessoal titular de cargos efetivos de carreiras dos poderes Executivo e do Legislativo. O Judiciário adota o Funpresp-Jud.

“Podemos considerar que nossas ações tiveram um resultado muito positivo, na perspectiva de ampliar o esclarecimento e a conscientização dos docentes sobre o significado dos fundos de pensão e os riscos advindos da adesão à Funpresp”, afirma a secretária-geral da Andes-SN, Cláudia March. Segundo ela, com os diversos debates realizados foi possível constatar a insatisfação dos novos servidores com a perda de direitos e com a desconfiança em relação à Funpresp. “A incerteza é advinda do processo de adesão a um fundo no qual se sabe qual a contribuição e não há a segurança do valor do benefício que cada trabalhador receberá ao final do período de contribuição quando se aposentar”, acrescenta.

A campanha do sindicato dos professores universitários teve grande repercussão no meio acadêmico e gerou uma contra-ofensiva do governo – um movimento que levou o Ministério do Planejamento a enviar emissários para conversar com dirigentes da Andes na tentativa de amenizar o tom das críticas e, assim, evitar

desgastes para a imagem do fundo.

Ricardo Pena atribui as críticas da categoria à falta de informação sobre a modalidade. “Houve uma mudança total de paradigma na aposentadoria do servidor e isso demanda tempo para ser absorvido e compreendido. O nosso grande desafio é disseminar informações sobre os planos que administramos”, disse ele. Para enfrentar o problema, acrescentou, a entidade tem realizado visitas a sindicatos e a reitores e também workshops de capacitação, “pois a falta de informação tem sido um grande entrave para a tomada de decisão por parte do servidor”.

O desconhecimento das regras do fundo, no entanto, não foi o que desmotivou o servidor federal Leandro Oliveira, de 24 anos, morador de Brasília. Ao tomar posse em fevereiro de 2014, ele recebeu um folheto explicativo do setor de recursos humanos do ministério no qual iria trabalhar. Avaliou os prós e contras e decidiu declinar da oferta. “Na ocasião, considerei que não valia a pena aderir ao plano de previdência, devido ao valor da parcela que seria descontada da minha remuneração. Acho que é uma modalidade interessante somente para quem ganha salários mais altos”, disse ele, que pretende reconsiderar a decisão caso seja aprovado em outro concurso e atinja um nível salarial mais alto.

INCERTEZA

As críticas ao plano complementar de previdência estão centradas principalmente nas dúvidas relacionadas à capacidade desta modalidade de realmente garantir uma aposentadoria tranquila para o servidor admitido no serviço público federal a partir de 2013. Desde então, a categoria tem suas aposentadorias e pensões obrigatoriamente sujeitas ao teto do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Para especialistas, o fundo sequer tem características de seguro social, pois está

baseado na modalidade contribuição definida. Seria, na verdade, uma espécie de título de capitalização, um investimento de alto risco, no qual a contribuição é definida, mas o benefício não, diferentemente dos fundos de pensão das grandes empresas públicas, hoje na mira de uma CPI do Congresso, que funcionam no sistema de benefício definido.

Cláudia March confirma a incerteza da categoria profissional quanto à garantia dos benefícios oferecidos pelo fundo, já que a rentabilidade no regime de capitalização é que determinará os valores a serem auferidos pelos participantes. “A sua submissão ao capital financeiro especulativo já demonstra os riscos e resultados negativos. Experiências como a do Postalís confirmam os riscos inerentes aos Fundos de Pensão, e assim também à Funpresp”, avalia.

A Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap) vê a criação do fundo como uma ameaça ao sistema previdenciário público. “Somos contra o Fundo de Previdência do Servidor Público, pois o servidor terá que contribuir mais para poder ter uma aposentadoria melhor, o que incentiva a privatização da Previdência. Defendemos a Previdência Pública”, comenta o presidente da entidade, Warley Martins Gonçalves.

CPI - No dia 9 de junho, representante da direção do Postalís admitia na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado que o rombo de R\$ 5,6 bilhões no fundo de pensão dos servidores dos Correios é “indefensável”. O mais grave é o fato de que a cobertura do déficit caberá aos cerca de 140 mil trabalhadores filiados ao sistema, chamados a pagar a conta bilionária com descontos equivalentes a 25,9% nos salários.

A situação do Postalís é semelhante à de outros fundos de pensão de estatais, cujas direções são acusadas de má gestão dos investimentos, de atenderem interesses políticos, entre outras mazelas. A exposição recorrente da situação de

penúria e das batalhas judiciais envolvendo as entidades de previdência complementar levou a uma mobilização no Congresso Nacional pela criação da Comissão Parlamentar de Inquérito dos Fundos de Pensão das Estatais.

“Trabalhadores das empresas estatais confiaram suas poupanças aos fundos de aposentadoria, que perderam parte deste patrimônio por conta de aplicações de alto risco e baseadas em critérios políticos e não técnicos”, afirmou a senadora Ana Amélia (PP-RS), signatária do requerimento de criação da CPI, junto com os senadores Aloysio Nunes (PSDB-SP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB). Ela relembra, com indignação, a falência do Aerus,

fundo de pensão do setor aéreo, que deixou mais de 1,3 mil aposentados e pensionistas prejudicados. “Histórias como essa não podem se repetir; é preciso lançar luz sobre a gestão desses fundos e a CPI é o melhor caminho”, reforçou.

A senadora destaca a importância dos recursos dos fundos de pensão para ativar a economia e a infraestrutura no país. Considera que a Funpresp, assim como as demais instituições, podem contribuir para o aperfeiçoamento do sistema previdenciário desde que administrados com transparência e participação ativa dos filiados. “A segurança jurídica é indispensável”, avaliou.



SEMINÁRIO SOBRE A FUNPRES

A ANFIP e representantes do Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate) se reuniram no dia 26 de agosto com membros eleitos para os Conselhos Deliberativo e Fiscal e os Comitês de Assessoramento da Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

Nessa primeira reunião entre as entidades desde a posse na Funpresp, que aconteceu em abril deste ano, ficou decidido que será realizado um seminário para apresentar os projetos, estratégias e novas ideias dos representantes dos servidores, a fim de estabelecer um debate consensual e discutir as mudanças necessárias no regulamento e no estatuto da Funpresp. O evento está em fase de organização.

O encontro com a ANFIP aconteceu na sede do Fonacate, em Brasília, e teve como pauta o novo modelo de gestão da Funpresp, que conta com a participação de representantes dos servidores. O presidente da ANFIP, Wilson Antonio Romero, acompanhado pelos vice-presidentes Carmelina Calabrese (Executiva) e Floriano Martins de Sá Neto (Política de Classe), iniciou o encontro parabenizando os representantes eleitos para a fundação e colocou a ANFIP à disposição para colaborar com orientações estratégicas nas áreas de tributação, Seguridade Social e trabalho parlamentar.

No dia 13 de março foi publicado o decreto de nomeação dos membros eleitos para os Conselhos Fiscal e Deliberativo da Funpresp. O decreto foi assinado após intensa pressão realizada pelos

membros eleitos, para que a nomeação saísse até aquela data. O mandato dos conselhos Deliberativo e Fiscal venceu no dia 12 de novembro de 2014 e, em virtude da falta de conselheiros, a entidade não havia se reunido para deliberações.

Paralelamente a todas as polêmicas e insatisfações com os planos de previdência dos servidores, no dia 7 de agosto o Senado autorizou a criação da CPI dos Fundos de Pensão de estatais para investigar supostas irregularidades e prejuízos na administração de recursos financeiros em entidades fechadas de previdência complementar, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente pela União, ocorridas a partir de 2003. A ANFIP acompanhará atentamente o desenrolar de todos os trabalhos.

ENTENDA A APOSENTADORIA COMPLEMENTAR DO SERVIDOR PÚBLICO

- Lei que instituiu o regime: nº 12.618, de 30 de abril de 2012
- Decreto que criou a Funpresp-Exe: nº 7.808, de 20 de setembro de 2012
- Plano de previdência complementar: Plano Executivo Federal (ExecPrev) da Funpresp, aprovado pela Portaria PREVIC/MPS nº 44, de 31 de janeiro de 2013.
- Data da aprovação do plano pelo órgão de fiscalização: 4 de fevereiro de 2013
- Contribuição a cargo do participante: 8,5%, 8,0% ou 7,5% sobre a remuneração do cargo que exceder o teto do INSS.
- Contribuição a cargo da União: igual à do participante, com limite de 8,5% da remuneração do cargo que exceder o teto do INSS
- Teto atual do INSS: R\$ 4.663,75
- Benefício programado: Aposentadoria Normal
- Benefícios de risco: Aposentadoria por invalidez e pensão por morte
- Taxa administrativa: 7,0% de taxa de carregamento (incide sobre o valor da contribuição); e não há taxa de administração (incide sobre o saldo da conta individual)
- Portabilidade: transferência dos recursos de outra entidade de previdência complementar e vice-versa
- Vantagens tributárias: Isenção mensal (lei nº 12.832, de 20/06/ 2013) de Imposto de Renda sobre as contribuições (de até 12% da renda tributável do participante), possibilidade de redução do Imposto de Renda sobre o valor do benefício para uma alíquota de até 10% (opção pela tabela regressiva)
- Rentabilidade: 100% na conta individual



Quem paga
a conta?

Em meados de agosto o portal Impostômetro, iniciativa da Associação Comercial de São Paulo e do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), indicava que o brasileiro entrava no oitavo mês do ano com uma conta de mais de R\$ 1,2 trilhão em tributos pagos. O marcador, que se movimenta em velocidade espantosa, registra o volume arrecadado em impostos, taxas e contribuições cobrados pela União, estados e municípios.

De 2004 a 2014, a carga tributária avançou em 2,23 pontos percentuais. Subiu de 33,19% para 35,4%, o que representa cerca de R\$ 200 bilhões, conforme revela o portal impostômetro, que há dez anos acompanha a arrecadação. Os constantes aumentos de tributos impactam negativamente nos negócios e salários, fazendo com que atualmente o contribuinte tenha que trabalhar cinco meses no ano, somente para acertar as contas com o poder público.

As previsões mais pessimistas, em relação ao agravamento da crise no segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, se confirmaram. E como previam os especialistas, medidas amargas foram prescritas pela equipe econômica numa tentativa de retomar o crescimento do país. Mais uma vez, o contribuinte está sendo convocado a pagar a conta do ajuste fiscal que, de um lado, reduz benefícios trabalhistas, e de outro, acena com uma avalanche de aumento de impostos.

O cenário não poderia ser pior. Inflação em marcha, desemprego, situação política conturbada, com a evolução das investigações da corrupção na Petrobrás; e muita incerteza pela frente. Mesmo a correção da tabela do Imposto de Renda não conseguirá aliviar a pressão sobre o bolso do cidadão, já que as perspectivas de retomada de crescimento da economia em curto e médio prazo são cada vez mais remotas.

Especialistas apontam o descontrole de gastos, a má gestão, a corrupção e, agora, a ineficiência das medidas propostas pelo governo como motivação para as análises

pessimistas. “Houve um descontrole dos gastos governamentais até 2014, forçando em 2015 e 2016 o ajuste das contas públicas, principalmente para que o país não perca o grau de investimento. Como o governo precisa de medidas que tragam resultados imediatos, o ajuste proposto tem o defeito de subir ainda mais a carga tributária, penalizando o setor produtivo e os trabalhadores”, analisa o tributarista Gilberto Luiz do Amaral, presidente do Conselho Superior e coordenador de estudos do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT).

Na avaliação de Amaral, o governo poderia se valer de outros mecanismos, que não o aumento da carga tributária, para promover o ajuste fiscal: “Melhorar os mecanismos de combate à sonegação fiscal, agilizar a cobrança de créditos tributários e combater fortemente o superfaturamento nas compras públicas”, enumera.

As medidas de redução dos direitos trabalhistas, que também entraram no ajuste fiscal, também são objetos de críticas. O tributarista Júlio César Zanluca, coordenador do site Portal Tributário, entende que o governo está atacando o problema por meio de medidas emergenciais, como aumento de tributos, corte de benefícios sociais e contingenciamento do orçamento. “Os trabalhadores já sofrem com a alta carga tributária, além de uma inflação elevada que corrói seus rendimentos. A retirada de benefícios sociais traz mais aperto à população, num momento delicado”, comenta.

A fórmula proposta pelo tributarista para um ajuste mais justo passa por “um choque de gestão pública”. “Seria mais correto o governo reduzir, de forma permanente, seus gastos administrativos, publicitários e de estrutura ministerial, além de combater a corrupção”. Zanluca critica também o financiamento a partidos políticos que, segundo ele, “ironicamente foi elevado para R\$ 800 milhões em 2015”.

Imposto de Renda - Depois de muita discussão entre o Executivo e o Congresso a correção da tabela mensal do Imposto de Renda

Pessoa Física foi aprovada pelos parlamentares. A proposta de reajuste linear de 6,5% que vinha sendo negociado entre as partes, entretanto, não vingou, dando lugar a um reajuste escalonado para alívio do governo e decepção da classe trabalhadora.

Com a aprovação da MP 670-15, o reajuste da tabela progressiva vai de 4,5%, para a faixa de renda mais alta, a 6,5%, para a faixa de renda mais baixa. A renda mensal máxima para isenção passa a ser de R\$ 1.903,98. Os reajustes retroagem a abril de 2015.

“A população trabalhadora e os aposentados têm uma defasagem estimada de 70% da inflação acumulada nos últimos anos em relação à tabela do Imposto de Renda. Pagam muito, mas muito mais, do que em anos anteriores e a cada ano esta conta aumenta. Por isso a correção é necessária e imprescindível”, opina o diretor do Portal Tributário.

O Dieese calcula que a tabela de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física acumula defasagens desde 1996. A defasagem dos últimos 18 anos, estima a entidade, chega a 64,37%. Se considerado o primeiro ano do governo Lula, em 2003, até o final de 2014, o percentual chega a 17,81%.

Em nota técnica de abril deste ano, o Dieese defende propostas para uma tributação mais justa no país. “À medida em que os salários são ajustados à inflação corrente e, ao mesmo tempo, a tabela de incidência do imposto não é, ocorre uma corrosão nos rendimentos do trabalhador, em termos reais”. E completa, sustentando que a reivindicação mais premente da sociedade é a correção anual da tabela atual pela inflação “como forma de manter a estrutura de contribuição dos assalariados para o fisco e, em seguida, a criação de uma nova estrutura de tributação que contemple novas faixas de rendimentos”.

Para Gilberto Amaral, do IBPT, a correção da tabela contribui para recompor os limites em decorrência da inflação. “O reajuste alivia o ônus tributário e diminui um pouco a injustiça fiscal”,

observa. Ele avalia que o governo federal e muitos governos estaduais não têm mais credibilidade para exigir sacrifícios da população, “pois os seus dirigentes negligenciaram a gestão e mentiram descaradamente sobre a situação das contas públicas”

A tumultuada relação entre o Planalto e o Congresso, com vislumbre de uma grave crise institucional, está longe de ser uma situação favorável para uma ampla negociação em busca de soluções para a crise econômica. Se mesmo em situações bem mais favoráveis, a defasagem da tabela do Imposto de Renda tem um histórico de crescimento ao longo dos anos, com a atual crise política essa possibilidade de se chegar a uma tributação mais justa parece cada vez mais distante.

DEFASAGEM SIGNIFICATIVA PESA NO BOLSO DO TRABALHADOR

O Dieese propôs simulações, considerando a possibilidade de correção da tabela em 64,3%, defasagem acumulada nos últimos 18 anos, e de 17,8%, correspondente ao período de 2003 a 2014.

Proposta de Tabela IRPF 2015 – com correção de 64,37%¹

(R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir (R\$)
Até 2.938,58	0,0	-
De 2.938,59 a 4.399,05	7,5	220,39
De 4.399,06 a 5.872,05	15,0	550,69
De 5.872,06 a 7.337,22	22,5	991,09
Acima de 7.337,22	27,5	1.357,95

Fonte: Receita Federal e IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) defasagem medida pelo IPCA-IBGE no período de janeiro de 1996 a dezembro de 2014

Tabela IRPF 2015 – com correção de 17,81%¹

(R\$)	Alíquota %	Parcela a Deduzir (R\$)
Até 2.106,17	0,0	-
De 2.106,18 a R\$ 3.156,46	7,5	157,96
De 3.156,47 a R\$ 4.208,67	15,0	394,70
De 4.208,68 a R\$ 5.258,80	22,5	710,35
Acima de 5.258,80	27,5	973,28

Fonte: Receita Federal e IBGE

Elaboração: DIEESE

Nota: (1) defasagem medida pelo IPCA-IBGE no período de janeiro de 2003 a dezembro de 2014

A tabela de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física acumula defasagens desde 1996, como mostra a Tabela 1.

TABELA 1
IPCA e a correção da Tabela do IRPF – 1996 a 2014

Anos	IPCA	Reajuste Tabela IRPF	Defasagem no Período
1996	9,56%	0,0%	9,56%
1997	5,22%	0,0%	5,22%
1998	1,65%	0,0%	1,65%
1999	8,94%	0,0%	8,94%
2000	5,97%	0,0%	5,97%
2001	7,67%	0,0%	7,67%
2002	12,53%	17,50%	-4,23%
2003	9,30%	0,00%	9,30%
2004	7,60%	0,00%	7,60%
2005	5,69%	10,00%	-3,92%
2006	3,14%	8,00%	-4,50%
2007	4,46%	4,50%	-0,04%
2008	5,90%	4,50%	1,34%
2009	4,31%	4,50%	-0,18%
2010	5,91%	4,50%	1,35%
2011	6,50%	4,50%	1,92%
2012	5,84%	4,50%	1,28%
2013	5,91%	4,50%	1,35%
2014	6,41%	4,50%	1,83%
Acumulado Jan/2003 a Dez/2014	99,03%	68,95%	17,81%
Acumulado Jan/1996 a Dez/2014	226,29%	98,51%	64,37%

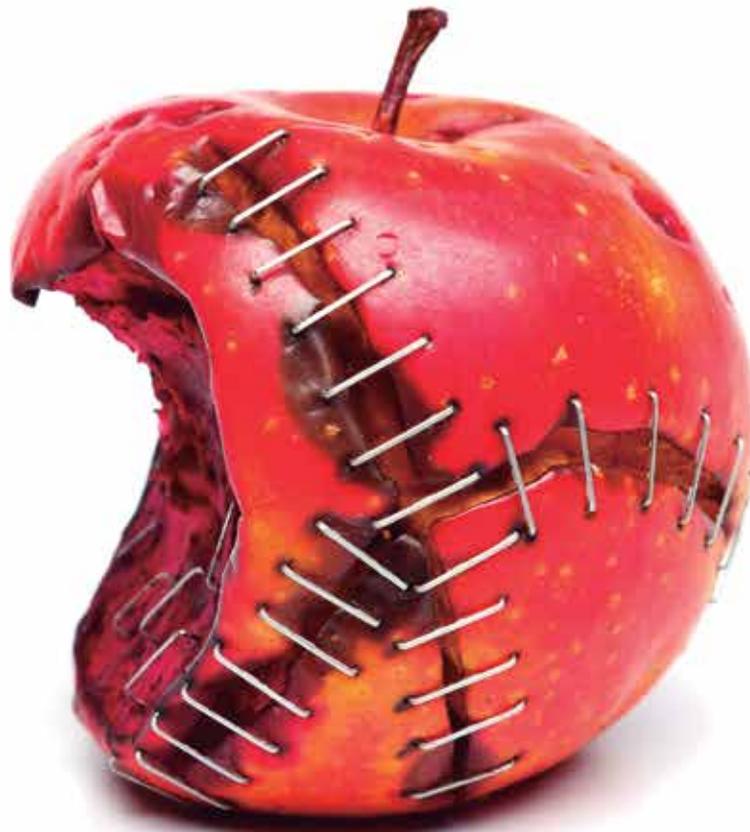
Fonte: IBGE, BCB e Receita Federal

Elaboração: DIEESE

Obs.: As correções da tabela em 2002, 2005 a 2010 começaram a vigorar em janeiro de cada ano

Genética sem controle do consumidor

PROJETO POLÊMICO ACABA COM O SÍMBOLO DA TRANSGENIA (T) NOS PRODUTOS COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS



Não bastassem os desgastes com investigações de casos de corrupção envolvendo políticos e empresários, e as eternas polêmicas e manifestações quanto aos reajustes salariais do Legislativo, do Judiciário e do Executivo, um assunto promete voltar com força total para agitar novamente os corredores do Congresso Nacional: os transgênicos.

Tema polêmico cercado por questões sociais, econômicas e políticas, a questão da transgenia nos alimentos estava, até então, adormecida. Mas o assunto voltou à tona em abril deste ano, quando o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei (PL) 4148/08, do deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS), que acaba com a exigência do símbolo da transgenia - aquele T dentro de um triângulo - nos rótulos dos produtos com organismos geneticamente modificados (OGM), como óleo de soja, fubá e outros produtos derivados. A matéria foi aprovada por 320 votos a favor e 135 contra, e agora aguarda votação no Senado Federal.

A aprovação repentina da matéria provocou reação de agricultores, organizações não-governamentais e ativistas, sendo alguns contra e outros a favor. E essa briga não é de hoje. Há muitos anos que diversos grupos têm divergido quanto aos potenciais danos que os organismos transgênicos podem provocar em seus consumidores.

O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) argumenta que o projeto retira o direito de os consumidores saberem se determinado produto possui ou não OGM. "Ele é um retrocesso porque fere o direito do consumidor à informação e, conseqüentemente, o direito de escolha, ambos assegurados pelo Código de Defesa do Consumidor", afirma Renata Amaral, pesquisadora em Consumo Sustentável do instituto.

"Se já é ruim para o consumidor se deparar com um produto que não tem o preço na embalagem, imagine como será se ele perder o direito de saber que tipo de produto está levando para casa", explica Alcione Olinda de Oliveira, representante da Associação das Donas de Casa do Estado de Goiás (ADC-GO),

entidade que atua junto ao poder público visando ao aperfeiçoamento da legislação e ao cumprimento das leis de defesa do consumidor na região. Segundo a associada, a instituição não vai medir esforços para lutar contra a proposta do parlamentar.

Para o Greenpeace Brasil, o projeto proposto significa um retrocesso e aniquila o direito dos brasileiros de saber o que estão comendo. A organização entende que a proposta maqueia interesses comerciais de grandes empresas que são sempre colocados acima dos interesses e dos direitos da população. Mesmo pensamento do professor Volnei Garrafa, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Bioética da Universidade de Brasília e vice-presidente da Sociedade Brasileira de Bioética. Além de ser declaradamente contra o projeto, ele também acredita que existem interesses comerciais por trás da aprovação do PL 4148/08. "Não tenho dúvidas de que os deputados e senadores que apoiam esse projeto foram eleitos com recursos dessas empresas que detêm a tecnologia", afirma o professor.

Segundo Garrafa, sob o ponto de vista ético, além de vulgarizar os consumidores, deixando-os sem acesso à informação, a proposta aprovada na Câmara tende a afrouxar o controle da vigilância sanitária e, conseqüentemente, reduzir a biosegurança. "Cada alimento transgênico tem que ter uma análise específica, por isso é preciso fazer um controle rigoroso caso a caso. Não podemos generalizar", orienta o especialista.

Em seu site, a Greenpeace - organização que trabalha em favor do ambiente debatendo temas como florestas, clima, energia e agricultura sustentável -, afirma que a introdução de transgênicos na natureza expõe a biodiversidade a sérios riscos, como a perda ou alteração do patrimônio genético das plantas e sementes e o aumento dramático no uso de agrotóxicos, além de pôr em risco a saúde de agricultores e consumidores.

DÚVIDAS EXISTEM

A produção de plantas e alimentos transgênicos no Brasil divide opiniões. Alguns grupos

favoráveis argumentam que entre as vantagens dos alimentos transgênicos estão o aumento da validade do produto, redução do uso de agrotóxicos e ganho de nutrientes. Outros acreditam que os transgênicos podem ajudar na erradicação da fome, uma vez que têm maior produtividade e mais resistência a chuvas, secas e temperaturas extremas.

A própria Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que “o desenvolvimento de alimentos geneticamente modificados tende a contribuir direta e indiretamente para o melhoramento da saúde humana e para o desenvolvimento”. A afirmação consta do Relatório sobre Biotecnologia Moderna de Alimentos, Saúde e Desenvolvimento da OMS, anunciado há dez anos. Para a entidade, a produção de alimentos com propriedades nutricionais alteradas pode ajudar a reduzir o impacto de doenças em países em desenvolvimento.

Para o médico onconologista Drauzio Varella, os alimentos geneticamente modificados têm grande potencial para beneficiar agricultores, consumidores e o ambiente. Segundo ele, até hoje não houve demonstração de que eles causem problemas de saúde para seres humanos ou outros animais. “Comprovar que determinado alimento faz mal é fácil, porque aqueles que o ingerem ficam doentes. O oposto é quase impossível. Estudos desse tipo (chamados de negativos) exigem milhões de participantes acompanhados por décadas. Até hoje não existe comprovação científica definitiva de que cenoura, batata, alface ou banana fazem bem à saúde. Sequer demonstramos que são alimentos absolutamente seguros, incapazes de provocar alguma doença depois de consumidos durante cinquenta anos”, explica o médico em seu site.

Varella, no entanto, sugere cautela nas discussões sobre o tema. Segundo ele, é fundamental uma legislação que estabeleça com clareza o conjunto de testes necessários para avaliar o impacto a curto e médio prazo da introdução de um transgênico em determinado meio. “Essa questão é muito relevante para ser decidida por políticos

despreparados ou por militantes repetidores de slogans a favor ou contra. O benefício que os transgênicos poderão trazer à humanidade é de tal ordem que não admite discussões apaixonadas. O tema exige preparo intelectual e racionalidade nas decisões”, afirma.

Em artigo publicado no site do Conselho de Informações sobre Biotecnologia (CIB), a bióloga Adriana Brondani defende a proposta do deputado Luis Heinze. Ela entende que o projeto vem para adequar a comunicação e tornar as informações ao consumidor mais claras. “Não será mais necessário relacionar um símbolo a um significado ou conhecer os nomes científicos que não fazem parte do cotidiano das pessoas. O projeto substitui o incompreensível símbolo e as complexas informações sobre as espécies doadoras dos genes pela expressão ‘transgênico’ ou ‘contém ingrediente transgênico’. A nova comunicação é simples, direta e de fácil compreensão”, defende a bióloga.

Adriana Brondani ressalta ainda que todos os OGM aprovados no Brasil passam pela criteriosa avaliação de especialistas da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio), vinculada ao Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação (MCTI). “Dessa maneira, fica claro que as questões que envolvem a rotulagem de transgênicos não têm relação com a biossegurança desses produtos, mas com o direito à informação correta e de qualidade”, afirma a mestre e doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e diretora-executiva do CIB.

MOBILIZAÇÕES CONTRA O PROJETO

Além de ser declaradamente contra a produção e a comercialização de produtos geneticamente modificados, o IDEC também reclama que faltou prévio debate com as entidades representativas dos consumidores. Segundo Renata Amaral, o projeto foi apensado a outro e não houve audiência com as entidades envolvidas com o tema.

Por conta disso, o instituto enviou carta ao Senado solicitando a realização de audiências públicas com a sociedade antes de a matéria ser colocada em votação na Casa. A carta traz assinatura de mais 118 organizações da sociedade civil. A entidade também criou uma campanha em seu portal para que a população possa enviar mensagem online aos senadores pedindo a rejeição do PLC 4148/08.

A carta virtual pontua algumas críticas ao projeto, como o fato de ele deixar de tornar obrigatória a informação sobre a presença de transgênico no rótulo se não for possível sua detecção pelos métodos laboratoriais. “A presença do DNA transgênico não é detectável por análise em alimentos processados. Isso significa que muitos produtos hoje rotulados passarão a não ser, como margarinas, bolachas, óleos, misturas para bolos, papinhas de bebês, entre outros. Não só esses alimentos deixarão de ser rotulados, como também aqueles de origem animal alimentados com ração transgênica”, explica a pesquisadora.

O projeto aprovado na Câmara também determina que o símbolo de transgenia somente será obrigatório nas embalagens dos alimentos que tiverem mais de 1% de transgênicos na sua composição final. Já os alimentos que não contenham OGM poderão usar a rotulagem “Livres de Transgênicos” se assim desejarem. Nos dois casos, o produto deverá ser submetido a uma análise específica de laboratório para comprovar a existência ou total ausência de transgênicos.

Segundo o IDEC, o projeto não especifica a quem compete a detecção nem a fiscalização da presença de ingredientes transgênicos, e acaba obrigando pequenos produtores rurais e empresas alimentícias que produzem alimentos isentos de ingredientes transgênicos à realização de testes específicos para comprovação de que o produto é livre de OGMs, impondo novos custos e obrigações. “A rotulagem ficará ao encargo de uma fiscalização muito especializada e custosa, sendo que não fica claro o papel e a responsabilidade

de empresas, governo ou órgãos fiscalizadores nesse processo”, alerta Renata Amaral.

BRASIL EM SEGUNDO LUGAR

O Brasil é hoje o segundo maior produtor de transgênicos, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. De acordo com o IDEC, cerca de 92,4% da soja e 81,4% do milho produzidos no nosso país são de origem transgênica. Além disso, o plantio de variedades geneticamente modificadas crescerá 3,9% na safra 2014/2015 brasileira, atingindo 42,2 milhões de hectares, projeta a Céleres, empresa de consultoria focada na análise do agronegócio. Estes últimos dados foram divulgados pela revista GloboRural, que mostra que a área equivale a 89,2% das lavouras que serão semeadas com soja, milho e algodão.

No Brasil, o cultivo da soja transgênica foi regulamentado há dez anos pelo governo federal. Em 2005, foi aprovada a Lei nº 11.105/05 (Lei de Biossegurança), que regulamentou todos os aspectos do uso de OGM no Brasil, incluindo pesquisa, teste a campo, transporte, importação, produção, armazenamento e comercialização.

A lei estabeleceu que compete à CTNBio a análise técnica da biossegurança do OGM sob o aspecto de saúde humana, vegetal e ambiental. A lei também criou o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), ao qual compete analisar, a pedido da CTNBio, a conveniência e a oportunidade de pedidos de liberação para uso comercial de OGM e seus derivados, e decidir, em última e definitiva instância, a respeito de processos relativos a atividades que envolvam o uso comercial de organismos geneticamente modificados e seus derivados.

De acordo com a legislação, após manifestação da Comissão, compete ao Ministério da Agricultura a emissão de autorizações e registros, bem como a fiscalização de produtos e atividades que utilizem organismos geneticamente modificados e seus derivados destinados ao uso animal, na agricultura, na pecuária, na agroindústria e áreas afins.

No início de 2008, o CNBS aprovou o plantio e a comercialização de duas variedades de milho

transgênico no Brasil. As variedades aprovadas são da Bayer CropScience, empresa com atuação global no setor de agronegócios, e da Monsanto, empresa multinacional de agricultura e biotecnologia. O milho transgênico foi o terceiro produto agrícola alterado geneticamente a receber autorização de plantio no país, depois da soja e do algodão, ambos com patente da Monsanto.

Em abril deste ano, a CTNBio aprovou a liberação comercial do eucalipto geneticamente modificado. A decisão, segundo o Ministério da Ciência, Tecnologia e Informação, faz do Brasil país pioneiro na aprovação desse tipo de organismo geneticamente modificado para fins comerciais. O novo tipo de eucalipto visa a aumentar a produtividade da madeira. A comissão aprovou também outras três espécies de OGMs, sendo duas de milho e uma de soja.

MAS, AFINAL, O QUE SÃO OS OGM?

O Ministério da Agricultura define que os organismos geneticamente modificados são toda entidade biológica cujo material genético (ADN/ARN) foi alterado por meio de qualquer técnica de engenharia genética, de uma maneira que não ocorreria naturalmente. A tecnologia permite que genes individuais selecionados sejam transferidos de um organismo para outro, inclusive entre espécies não relacionadas. Estes métodos são usados para criar plantas geneticamente modificadas para o cultivo de matérias-primas e alimentos. As sementes transgênicas, em geral, apresentam características de resistência a determinados insetos e doenças. Ou, no caso da soja, tolerância ao herbicida glifosato.

Diversos grupos argumentam que essa resistência aos herbicidas pode ser prejudicial, principalmente à saúde humana. Segundo eles, o consumo desses alimentos, tão resistentes à toxina, pode acabar prejudicando os consumidores, com aumento de alergias e o desenvolvimento da resistência a antibióticos.

Alguns estudos afirmam que os danos existem, enquanto outros reafirmam sua inofensividade, o que aumenta ainda mais a polêmica em torno do tema.

Já prevendo a intensificação desse confronto, tão logo o projeto 4148/08 chegou ao Senado Federal, o site da Casa abriu uma enquete para saber a opinião da população sobre a matéria. Até o fechamento desta edição, a consulta popular estava apontando 19.922 votos contra a proposta, e 780 a favor.

QUESTÃO DE DIREITO

Como ressalta o professor **Volnei Garrafa**, certamente há interesses comerciais no projeto. A discussão passa também pela indagação quanto aos efeitos dos transgênicos no organismo humano. De qualquer modo, independentemente do resultado a que se chegue no tocante a esses dois aspectos, eles certamente não são determinantes no que se refere à aprovação da matéria. O cerne da questão está em indagar se o consumidor tem o direito de saber o que está consumindo, quando então a resposta parece óbvia.

Sendo assim, toda iniciativa que se destine a ocultar qualquer informação do consumidor bate de frente contra um direito sagrado nos países que se dizem civilizados: o direito à informação.



PROFESSOR VOLNEI GARRAFA

Jogo político em prejuízo do trabalhador



As discussões em torno do fator previdenciário que, em junho, mais uma vez mobilizaram o país, expuseram uma dura realidade para quem contribui com a previdência pública. As negociações entre o governo e parlamentares mostraram que o tema é pano de fundo para disputas partidárias, o que leva a constantes mudanças nas regras para concessão de benefícios e gera insegurança aos filiados do sistema.

Em menos de um mês, a Câmara aprovou a proposta da Medida Provisória 664/14, em que a fórmula 85/95 apareceu como alternativa ao fator. A presidente Dilma Rousseff vetou a matéria, alegando prejuízos para a Previdência Social. Neste caso, a chefe do governo repetia o gesto do seu antecessor, o presidente Lula, que, em 2010, também acabou com a esperança de aposentados e de pensionistas de colocar uma pá de cal no dispositivo que, segundo cálculos das representações trabalhistas, reduz, em até 40%, o valor dos benefícios previdenciários.

O embate entre o governo e a oposição durante a discussão da Medida Provisória, que incluiu a proposta de adoção da fórmula 85\95, deixou claro que a balança da previdência é aferida de acordo com o jogo partidário. O fator previdenciário foi criado durante o governo Fernando Henrique, em 1999, cujo partido agora defende a mudança das regras. Na ocasião, o partido da presidente Dilma, que hoje advoga pela manutenção do dispositivo, era o mais ferrenho adversário da proposta.

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) não vê incoerência na defesa do fim do fator previdenciário pelos partidos da oposição. Ele lembra que, em 99, votou contra, alegando a inconstitucionalidade da MP. Uma tese que diz sustentar atualmente para votar pela derrubada do fator. "Aposentadoria é matéria que não pode ser tratada por medida provisória. Nos restam duas opções: derrubarmos o veto da Presidência da República ou então alterarmos profundamente a proposta do governo para fazer valer o direito dos aposentados", disse

o senador, em pronunciamento no plenário do Senado.

O PT, por sua vez, que combateu o dispositivo durante anos, hoje, no governo, defende sua manutenção sob a alegação de risco de "quebra da Previdência Social". O ministro da Previdência Social, Carlos Gabas, divulgou cálculos para justificar o veto da presidente da República, segundo os quais a mudança no fator previdenciário gera aumentos de R\$ 3,2 trilhões até 2060 nas contas da Previdência Social. Segundo ele, a proposta aprovada no Congresso "inviabiliza" o sistema previdenciário público.

Com divergências até mesmo dentro de sua base de sustentação, o governo, depois de vetar a proposta incluída na MP 664, criou a fórmula alternativa na MP 676/15. Com a nova regra, que faz um escalonamento progressivo na fórmula 85-95, haveria uma "economia" de R\$ 50 bilhões até 2016, segundo estimativas do ministério. Até 2030, o governo deixaria de gastar 0,5 ponto percentual do PIB, mantida a proposta governista.

Na apresentação do novo modelo, mais um sinal de alerta para o cidadão: a declaração do ministro Carlos Gabas, de que a mudança no fator seria uma "solução momentânea". Ou seja, a discussão ainda vai longe e não será fácil para o brasileiro planejar a tão sonhada aposentadoria com as regras mudando ao sabor de interesses políticos-partidários.

O governo acenou com a intenção de discutir com trabalhadores e empregadores uma regra que possa atender os interesses de todos e que evite os recorrentes debates sobre o tema. "A estrutura da Previdência Social precisa ser planejada. O conceito não pode ser estático, tem que levar em conta expectativa de vida e sobrevida. Queremos um número que seja móvel e consiga evoluir no tempo e reflita o momento de transição demográfica", diz o ministro da Previdência.

Os aposentados também não vêem com bons olhos a intenção do governo de trocar o fator por uma nova fórmula de cálculo. "A nova regra para o cálculo das aposentadorias, apresentada

pelo governo, não faz justiça em relação às perdas acumuladas e adia ainda mais a possibilidade de resolver realmente questões estruturais da Previdência Social. A Cobap continua na defesa pelo fim definitivo do fator previdenciário e pela integridade dos recursos da Previdência, frequentemente desviados para outros fins”, defende o presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (Cobap), Warley Martins Gonçalves.

No entanto, o governo aposta na manutenção do veto, enquanto que os opositores querem ver implantada, sem alterações, a fórmula 85/95, que estabelece que o trabalhador pode se aposentar, sem a incidência do fator previdenciário, quando a soma da idade e tempo de contribuição for 85, para as mulheres,

e 95, no caso dos homens. O tempo mínimo de contribuição não muda: 30 para o sexo feminino e 35 para o masculino.

“A progressividade ajusta os pontos necessários para obter a aposentadoria de acordo com a expectativa de sobrevivência dos brasileiros”, esclarece a assessoria de Comunicação do Ministério da Previdência Social. Até dezembro de 2016, para se aposentar por tempo de contribuição, sem incidência do fator previdenciário, o segurado terá de somar 85 pontos, se mulher, e 95 pontos, se homem. A partir de 2017, para afastar o uso do fator, a soma da idade e do tempo de contribuição terá de ser 86, se mulher, e 96, se homem. A MP limita esse escalonamento até 2022, quando a soma para as mulheres deverá ser de 90 pontos, e para os homens, 100.

PROGRESSIVIDADE NA FÓRMULA 85/95 É CONTESTADA EM DEBATE NA COMISSÃO MISTA

Editada em junho, a MP 676/15 instituiu a regra 85/95 progressiva, que tem como pressuposto a soma de pontos (idade e tempo de contribuição) para fazer o pedido de aposentadoria, como alternativa ao fator previdenciário (FP). Veio como uma resposta do governo à regra 85/95 pura, medida aprovada pelo Congresso Nacional como emenda ao texto da MP 664/14.

A medida provisória está em análise na Comissão Mista do Congresso e depois seguirá para análise dos Plenários da Câmara e do Senado. O colegiado realizou no dia 2 de setembro audiência pública para debater a matéria, ocasião em que o presidente da ANFIP, Wilson Antonio Romero, reiterou a posição da Entidade contra o FP e defendeu a sua substituição pela fórmula 85/95. O dirigente contestou ainda a progressividade, por não ter embasamento atuarial. Além da ANFIP, participaram do debate representantes de 12 instituições, como Ministério Público do Trabalho, IBGE, Dieese, Diap, OAB/DF, Sinaif, Anamatra, Cobap e Contag.

Para a ANFIP, a MP 676 não considera estudos atuariais para propor a progressividade e é inconstitucional, por contrariar o artigo 246 da Constituição Federal, que veda a adoção de medida provisória na regulamentação de artigo da Carta Magna cuja redação tenha sido alterada por meio de emenda promulgada de 1º de janeiro de 1995 a 11 de setembro de 2011, data da promulgação da Emenda Constitucional nº 32. No período descrito está inserida a Emenda nº 41, de 2003, que alterou diversos aspectos do sistema previdenciário.

Vilson Antonio Romero defendeu a rejeição do texto e denunciou ainda que a MP demonstra claramente que o governo vem escolhendo fazer o ajuste fiscal das contas públicas em cima das aposentadorias pagas pelo Regime Geral e da folha dos servidores públicos. Para o presidente da ANFIP, mudanças na estrutura previdenciária deveriam ser debatidas no âmbito do Fórum sobre Políticas de Emprego, Trabalho e Renda e de Previdência Social, instalado no dia 2 de setembro pelo governo.

A RFB NO PÓDIO



ABERTURA DA 2ª TURMA DE CAPACITAÇÃO DO CICLO OLÍMPICO

MARCUS VINICIUS VIDAL PONTES - SUPERINTENDENTE ADJUNTO DA 7ª RF DA RFB, VALERIA SORRENTINO - RIO 2016, ELIANA POLO PEREIRA - SUPERINTENDENTE DA 7ª RF DA RFB, MÁRCIO EMMANUEL PACHECO, DIRETOR DA SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO DO TCU - RJ, DENISE ESTEVES FERNANDEZ - SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DA 7ª RF DA RFB E MAXTAINÉ SUASSUNA - DIRETOR REGIONAL DO ESAF NO RJ



Ciclo Olímpico já se iniciou na Receita Federal do Brasil (RFB). Todo o planejamento concebido para fazer frente às demandas dos eventos-teste dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos na cidade do Rio de Janeiro já está sendo executado.

Os grandes eventos que ocorreram nos últimos anos no país proporcionaram à Receita Federal do Brasil a competência para se preparar para os desafios de 2016: Jogos Panamericanos (2007), Jogos Mundiais Militares (2011), Conferência Rio+20 (2012), Copa das Confederações (2013), Jornada Mundial da Juventude (2013) e Copa do Mundo (2014).

Esses eventos trouxeram ao país atletas, árbitros, chefes de Estado e de Governo, turistas, imprensa credenciada e não credenciada, patrocinadores, todos demandando serviços aduaneiros e, em certos casos, os serviços da administração tributária.

Avalia-se que os Jogos de 2016 tenham uma complexidade e grandiosidade maior do que o somatório de todos os grandes eventos ocorridos de 2007 a 2014, razão pela qual a Receita Federal do Brasil se empenha para que tudo dê certo e exibe confiança no planejamento elaborado.

A centralização das diretrizes para os grandes eventos e acompanhamento dos preparativos e execução dos planos é feita pelo Comitê de Grandes Eventos (CGE), agora sob a responsabilidade do Auditor Fiscal Cassiano Klinger. As interações com demais Ministérios e agências governamentais ocorrem por meio dessa coordenação. Klinger observa que “os grandes eventos realizados no passado recente em nosso País mostraram a importância de os órgãos públicos de controle atuarem de forma integrada e coordenada. Essa forma de atuação será fundamental para que cada órgão cumpra seu papel com agilidade e eficiência, contribuindo para o sucesso dos Jogos Rio 2016”.

Para os Jogos de 2016, grande parte do esforço da Receita Federal do Brasil estará

concentrada no Rio de Janeiro, cidade-sede dos Jogos. O estado de São Paulo, por onde deverá chegar expressiva quantidade de cargas e de turistas, também possui papel de destaque no esforço da RFB. No Rio de Janeiro ocorrerão 663 eventos desportivos, em contraste com as sete partidas realizadas na cidade na Copa do Mundo. Serão, aproximadamente, 15.200 atletas participando dos Jogos, em contraste com os 773 jogadores de futebol que participaram da Copa do Mundo em doze cidades brasileiras. Se na Copa do Mundo havia apenas um estádio na cidade, agora serão 33 instalações esportivas com competições simultâneas. Em vez de apenas 32 países, serão 206 no decorrer dos Jogos, cuja cobertura será realizada por 27 mil jornalistas do mundo inteiro, aproximadamente três vezes mais que o número desses profissionais no decorrer da Copa do Mundo.

Nos Jogos de 2016, além das competições no Rio de Janeiro, as cidades de São Paulo, Belo Horizonte, Salvador, Brasília e Manaus receberão jogos de futebol masculino e feminino.

O grande desafio para a Receita Federal do Brasil será no Rio de Janeiro, por onde chegarão todos os atletas, haja vista que a recepção oficial das delegações desportivas será realizada somente no aeroporto do Galeão. Será grande também o ingresso de turistas pelo aeroporto internacional do Rio de Janeiro e haverá imensa demanda aduaneira relacionada às cargas da imprensa especializada, das delegações e na recepção de dignitários. Espera-se a presença de mais de 120 chefes de Estado e de Governo na cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos.

Em função do enorme desafio, a RFB, sob a ótica operacional, vem se preparando há três anos para os Jogos 2016, quando se iniciaram os primeiros contatos com o Comitê Rio 2016. Desde então, ocorreram vários encontros e seminários que permitiram modelar o planejamento das operações. Alguns dos seminários realizados envolveram as autoridades do aeroporto de

Londres e a Olympic Broadcast Service (OBS), empresa do Comitê Olímpico Internacional responsável pela transmissão dos Jogos.

Para se ter uma idéia da complexidade do evento, somente essa empresa trará equipamentos para o centro de transmissão, localizado no Parque Olímpico, que correspondem a doze vezes todos os equipamentos utilizados pela Rede Globo no estúdio do Projac, na cidade do Rio de Janeiro. Ao lado do Centro Internacional de Mídia (International Broadcast Center) existe ainda o Centro de Mídia (Main Press Center), um hotel e um local denominado “fazenda de antenas”, onde serão instaladas dezenas de antenas para comunicação com satélites.

No planejamento da Receita Federal do Brasil envolveram-se muitas frentes de trabalho. Marcus Vinicius Vidal Pontes, superintendente-adjunto na 7ª Região Fiscal e coordenador do Comitê Regional de Grandes Eventos (CRGE07), explica que o planejamento aloca recursos expressivos para as atividades de controle aduaneiro, interação com o cidadão,

capacitação de pessoal, logística, fiscalização das desonerações e habilitação de empresas para fruição dos regimes previstos em lei, repressão ao contrabando e descaminho, comunicação e controle, assessoria de comunicação, controle de embarcações estrangeiras e acompanhamento da legislação tributária e aduaneira para os Jogos. “É um envolvimento muito grande de servidores, sempre interagindo com várias entidades e órgãos públicos - a exemplo do Comitê Rio 2016 -, com as Unidades da Receita Federal do Brasil envolvidas na operação, com operadores logísticos, com a Autoridade Pública Olímpica e com as forças de Segurança e Defesa, tanto na atividade de planejamento quanto na execução dos planos. Nesse sentido, os eventos-teste são uma oportunidade valiosa para aprimoramos nosso planejamento”, explica Marcus Pontes.

São quarenta e quatro eventos-teste, no período de julho de 2015 a maio de 2016, alguns deles considerados eventos-master, ou seja, que mobilizarão recursos expressivos do Comitê Rio 2016 e do Estado brasileiro.



O Auditor Fiscal Guilherme Cantarino da Costa Ramos (coordenador substituto do CRGE07), que atuou na Vila dos Atletas nos Jogos Pan-Americanos de 2007, no Rio de Janeiro, e no planejamento e execução de todos os grandes eventos ocorridos no Rio de Janeiro desde 2011, coordena a operação da equipe regional de Grandes Eventos da 7ª Região Fiscal, integrada também pelos Auditores Fiscais Luiz Flaeschen Abranches e Luiz Gustavo Vinhas Gualberto da Rosa. Sob sua responsabilidade estão o planejamento e a coordenação operacional das atividades na 7ª Região Fiscal para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos. Guilherme Cantarino registra que,

“em se tratando de grandes eventos, a operação dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos é, de longe, a mais difícil e complexa a ser executada, posto que demanda esforços de diversas áreas funcionais da Receita Federal do Brasil, assim como considerável apoio das demais Regiões Fiscais e do órgão central. Tudo isto sem poder deixar em segundo plano as atividades regulares do órgão, fundamentais que são para o desejável equilíbrio fiscal do país e para o combate à sonegação fiscal e ao contrabando”.

Enfim, o trabalho é longo e cansativo, ou seja, uma verdadeira “maratona aduaneira”. A Receita Federal do Brasil deseja a medalha de ouro.





Mario Sergio Cortella
Filósofo, escritor, educador,
palestrante e professor universitário

“Foi sem querer, QUERENDO?”

A ética pressupõe a liberdade, lembramos sempre. A ética pressupõe a capacidade de decidir, de escolher e de julgar. Porém, os que estivermos aptos a decidir, todos os dias vivemos dilemas éticos.

Existem os dilemas éticos e os conflitos éticos. O que é um dilema ético? É quando eu tenho de escolher entre duas coisas que desejo, mas só uma delas é eticamente saudável. Por exemplo: a primeira é “Eu quero ir a um lugar com a carteira de habilitação vencida”. A segunda é: “Eu não quero infringir a lei”. As duas coisas você deseja, mas uma delas iria desviá-lo do correto.

Já o conflito ético é quando eu desejo duas coisas, ambas aceitáveis, mas eu só posso escolher uma.

Exemplo: hoje à noite eu quero encontrar minha esposa e ficar com ela. Mas também tenho um convite para ficar com amigos. As duas coisas eu desejo, as duas são eticamente aceitáveis. Vou ter

de escolher uma delas. Eu não tenho obrigação em relação a nenhuma delas.

Desse modo, outra coisa é o dilema. Todo o tempo você e eu vivemos dilemas e conflitos éticos, e isso nos testa, obriga a assumirmos posições e transparências.

Nós somos colocados à prova eticamente de maneira contínua. Por exemplo: “Passo ou não pelo semáforo no vermelho?” Meu genro me oferece carteira de estudante e, aos 55 anos, aceito porque pago meia entrada. Mas eu não sou mais estudante. Mas eu tenho vontade de pagar meia, porque eu economizo. Comprar ou não um produto pirata? O produto pirata dá emprego em outro país, não paga imposto e ainda às vezes favorece o tráfico de arma e de droga porque pode vir no mesmo contêiner. Ah, mas é mais barato. Compro ou não compro? Você chega a um escritório ou consultório e o profissional diz: “Com ou sem recibo?” Essa é uma questão difícil...

A manutenção da ética íntegra depende dos seus princípios. Nunca nós deixaremos de ter dilemas quando fizermos a opção errada. Seja no dia em que “colamos” na escola em vez de estudar, seja quando dissermos algo a alguém só para brincar com ele e humilhá-lo. Quantas vezes, quando jovens ou crianças, tripudiamos sobre a outra pessoa? E até como adultos aproveitamos oportunidades para fustigar o outro. Quantas vezes, nos casais, um ofende o outro, sabe que vai machucar a outra pessoa, mas faz de propósito?

Ética é escolha, ética é decisão. Portanto, é inaceitável alguém dizer: “Olha, eu por mim não faria, mas como sou professor, tenho de fazer”; “Eu, por mim não faria, mas, como sou chefe, eu tenho de fazer”.

Ora, eu não sou eu e uma função. Se eu sou uma pessoa inteira, não posso dizer: “Eu, por mim não te reprovava, mas, como sou seu professor...”; “Eu, por mim não te colocaria de castigo, mas, como sou seu pai...” Isto é equivocado. Eu não sou eu e um pai, eu e um amigo, eu e um chefe, eu e um professor. Eu sou eu.

“Eu, por mim não faria”? Então não faço. Ou eu tenho integridade (uma pessoa que não tem duas caras) ou eu não sou inteiro.

A partir de uma determinada idade, e quando tenho sanidade, posso decidir. Por exemplo, a droga me coloca num determinado estado em que perco a minha capacidade de juízo, mas ela não tira a totalidade de minha responsabilidade. Tanto que, se cometo um deslize do ponto de vista legal, tendo consumido droga ilegal ou droga legal, como é o caso do álcool, não posso argumentar que sou inocente. Eu posso dizer que não tinha a intenção de fazer aquilo, mas continua a culpa e a responsabilidade.

A ética está conectada ao território da liberdade e da capacidade de escolha.

Por isso, vale a clássica brincadeira que o Chaves fazia naquela série de televisão que as crianças sempre curtiram e os adultos também (meio escondidos), em que ele dizia: “Foi sem querer querendo”.

O nosso sem querer é muito querendo também.



Audidores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

MAIS QUE ARRECADADAÇÃO

Isonomia Tributária
Políticas Públicas
Justiça Fiscal
Combate à Sonegação

Para muito além da arrecadação de tributos, os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil são os responsáveis por garantir os recursos necessários à manutenção das políticas públicas e dos investimentos essenciais ao país. Isso porque atuam decisivamente no combate à sonegação e, conseqüentemente, à concorrência desleal.

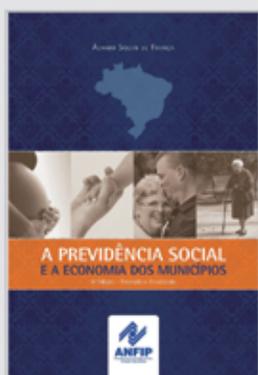
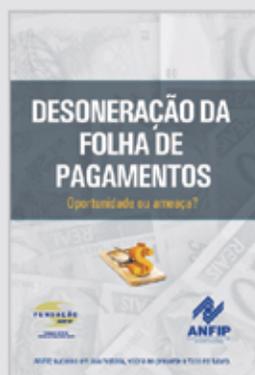
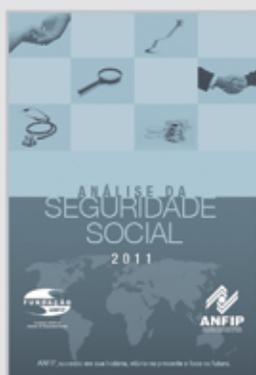
Valorizar esta carreira de servidores de Estado, concursados e especializados, é fundamental para assegurar distribuição de renda e desenvolvimento com justiça social.



Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil
www.anfip.org.br



Na página da **ANFIP** na internet, em www.anfip.org.br, você encontra várias publicações de livre acesso. Basta baixar no seu computador e ler. Aproveite para conhecer tudo sobre **Previdência e Seguridade Social**, entre outros assuntos de grande interesse.



 www.facebook.com/anfipnacional

 www.twitter.com/anfipnacional

 www.youtube.com/anfipoficial

